

Brasil ocupa último lugar em ranking que mede acúmulo de trabalho dos professores, aponta relatório

Estudo apresentado em audiência pública que contou com a participação da dirigente da APP-Sindicato e vice-presidenta da CNTE, Marlei Fernandes, atribui adoecimento da categoria ao excesso de trabalho

O Brasil ocupa o último lugar em um ranking que investigou o excesso de trabalho dos professores em diversos países, de acordo com relatório apresentado na audiência pública sobre “Valorização profissional e democratização da educação no novo PNE”. Realizada no dia 25 de junho, na Câmara dos Deputados, faz parte dos debates da Comissão Especial para aprovar um parecer sobre o Plano Nacional de Educação 2024 -2034 e contou com a participação da secretária de Assuntos Jurídicos da APP-Sindicato e vice-presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Marlei Fernandes.

Pelos dados do relatório, apresentados pela pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Gabriela Moriconi, enquanto em outros países a média de professores dos anos finais do Ensino Fundamental trabalhando em mais de uma escola é de 5%, no Brasil o índice amarga a marca de 20%. Se levar em consideração as demais etapas de ensino, o Brasil chega a 61% de professores acumulando trabalho em várias escolas.

O relatório usou como base o estudo Teaching and learning International survey (TALIS 2018), elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo Moriconi, os dados sobre as condições de trabalho explicitam a necessidade de repensar um ambiente de trabalho mais saudável, a partir do novo PNE.

“A gente tende no Brasil a normalizar que trabalhar em múltiplas escolas é parte da função docente e ser professor é estar sujeito a trabalhar em muitas escolas, mas esse é o nosso contexto. Vemos pelos dados da TALIS que enquanto a maioria dos países que participaram do estudo, onde não temos só países da OCDE, na maioria deles é menos de 5% dos professores que trabalham em múltiplas escolas, são exceções. Se contrata os professores para trabalhar em uma escola só por via de regra, em tempo integral”, completa a pesquisadora.



Imagem: Reprodução

Protesto em frente à Secretaria da Educação contra política de assédio e adoecimento nas escolas - Foto: Altvista / APP-Sindicato - Arquivo

Dados mostrados na Audiência pública sobre “Valorização profissional e democratização da educação no novo PNE”, realizada na última semana, reforçam a urgência de pautas defendidas pela APP-Sindicato e pela CNTE. A secretária de Assuntos Jurídicos da APP e vice-presidenta da CNTE, Marlei Fernandes, reafirmou que, além da sobrecarga de trabalho, a pressão, a falta de condições de trabalho e a baixa valorização são raízes dos problemas de saúde que assolam os educadores brasileiros.

O relatório reforça a urgência de pautas defendidas pela APP-Sindicato e pela CNTE, de que para avançar na valorização e nas condições de trabalho é preciso garantir a aplicação da hora-atividade, contratação de professores a partir do concurso público e pensar formas de reduzir as turmas, de modo a diminuir a exaustão e o adoecimento da categoria.

Marlei Fernandes reafirmou que, além da sobrecarga de trabalho, a pressão, a falta de condições de trabalho e a baixa valorização são raízes dos problemas de saúde que assolam os educadores brasileiros.

“Nós hoje temos um grande absenteísmo, um grande número de profissionais que sofrem um adoecimento, pois não temos uma política intersetorial com o objetivo de promover a prevenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação”, completa a dirigente.

Marlei enfatizou que a luta por valorização passa pela implementação do piso nacional para funcionários de escola, garantia de condições adequadas de trabalho, realização de concursos públicos e uma política efetiva de saúde laboral.

Pesquisa contratada pela APP-Sindicato iniciou fase de entrevistas com a categoria na quinta-feira, 26 de junho

A APP-Sindicato iniciou na quinta-feira (26) a realização de uma nova pesquisa de satisfação com professores e funcionários de escola que estão na ativa e aposentados. O objetivo é avaliar a percepção da categoria sobre o trabalho do sindicato, a atuação do governo estadual e as principais pautas de luta.

O levantamento será feito entre os dias 26 de junho e 21 de julho exclusivamente por meio de ligação telefônica. A coleta de dados será realizada por entrevistadores do Instituto IPO, renomado instituto de pesquisa com sede em Porto Alegre, até atingir o número de 300 pessoas.

A secretária de Administração e Patrimônio da APP-Sindicato, Nádia Brixner, explica que o sindicato tem contratado pesquisas periodicamente para aprimorar suas ações, planejar novas estratégias e fortalecer a representação da categoria perante o governo e a sociedade.

“Por isso, é muito importante que as pessoas que forem contatadas saibam como identificar que é uma pesquisa contratada pela APP e possam responder as perguntas em segurança, sabendo que esse é um instrumento importante e necessário para fortalecer a nossa luta”, informa a dirigente.

Atenção aos detalhes da pesquisa

Formato: A coleta de dados será feita exclusivamente por ligação telefônica, realizada por entrevistadores do Instituto IPO.

Origem das ligações: as chamadas poderão ser realizadas utilizando diferentes ramais com os seguintes DDDs: 51, 53, 54 e 55.

Fique atento: não serão enviados links por e-mail ou mensagens, nem haverá qualquer solicitação de dinheiro ou informações financeiras para a participação.